



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
 PRSTM/SEP/AGEST/SPLAM

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022

Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às dezessete horas, realizou-se a primeira Reunião da Análise Estratégica (RAE) de 2022, a fim de apresentar a situação atual da Carteira Permanente de Projetos Estratégicos (CPPE) da Justiça Militar da União (JMU), os principais resultados dos indicadores estratégicos do ano de 2021 e as metas nacionais específicas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Presentes** o Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Gen Ex Luis Carlos Gomes Mattos; o Ministro Gen Ex Lúcio Mário de Barros Góes; o Secretário-Geral da da Presidência, Fabiano Souto Martins; o Diretor-Geral, José Carlos Nader Motta; o Assessor do Diretor-Geral, Leonel Glycerio Neto; o Diretor de Tecnologia da Informação (DITIN), Ianne Carvalho Barros; a Assessora de Gestão Estratégica e Inovação (AGEST), Raissa Fernandes Marinho; a Chefe da Seção de Estatística (SESTA), Caroline Mendes de Assis; a Chefe da Seção de Planejamento e Monitoramento da Estratégia (SPLAM), em exercício, Lariane Febraio Peres. **1) Abertura dos trabalhos:** a reunião foi aberta pela Assessora da AGEST, Raissa Fernandes, que apresentou o ciclo de monitoramento e avaliação da estratégia da J M U . **2) Explicação acerca de cada projeto estratégico:** dando continuidade à sua apresentação, a Assessora deu início à exposição individual de cada um dos quatorze projetos estratégicos. Primeiramente, a Assessora informou que os projetos **Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)** e Consulta Criminal Nacional foram finalizados no ano de 2021. Após, a Assessora comentou brevemente sobre o escopo dos projetos **DOC Digital**, que prevê a digitalização e restauração de documentos do acervo documental histórico do STM, e **PRODESC**, que propõe a descrição arquivística do acervo documental do STM, e informou os presentes que ambos os processos são executados por meio de contrato e estão em andamento com 60% e 50% executados, respectivamente. Referente ao projeto **DataJud**, que propõe o encaminhamento dos metadados processuais conforme Modelo de Transmissão de Dados estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); a Assessora, bem como a Gerente do projeto, Caroline Mendes de Assis, informaram que o projeto está em fase de validação dos dados que são enviados ao CNJ, dessa forma, esse projeto encontra-se com 88% das suas atividades realizadas. Quanto ao projeto **SRH**, que visa a modernização do sistema de recursos humanos da JMU para a automatização das atividades operacionais da Diretoria de Pessoal, a Assessora informou que o projeto foi dividido em 4 fases e o percentual de 52% de execução do projeto corresponde a primeira fase do projeto. No projeto **SEI 5 ANOS**, que propõe implantar a nova versão do SEI e o peticionamento eletrônico nas Auditorias da JMU, a Assessora informou que o processo segue em andamento com 33%, sendo complementada pelo

Diretor-Geral, José Carlos Nader Motta, a respeito das próximas ações que serão executadas pelo time do projeto. A Assessora informou, também, que o projeto **Governança e Gestão das Aquisições**, que visa a melhoria do processo de aquisição de bens e serviços, segue com 20% das atividades concluídas, complementada pelo Diretor-Geral, José Carlos Nader Motta, que passou a necessidade de implantar a cultura das contratações nas Auditorias, e que o projeto segue com as suas atividades sendo executadas pelo time. Quanto ao projeto **Novo Portal e Identidade Institucional**, que busca criar e aplicar a identidade corporativa da JMU, bem como modernização do seu Website, a Assessora informou que o mesmo está em fase de elaboração do cronograma, com seu andamento em 12%. A Assessora iniciou a contextualização do projeto **Segurança da Informação e Privacidade dos Dados**, que busca à segurança da informação, bem como se adequar às novas regras estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e pelas resoluções do CNJ. Foi dada palavra para o Diretor da DITIN, Ianne Barros, que informou sobre as atividades executadas pelo time do projeto, bem como o resultado que o projeto irá proporcionar a Justiça Militar, como a ações que buscam minimizar ataques cibernéticos. Tanto o projeto **E-Proc Nacional**, quanto o projeto **Gestão de Riscos** estão em fase inicial para levantamento da documentação indispensável a sua execução. A Assessora pontuou também que o projeto **Diário de Justiça Eletrônico (DJEN)**, o qual estabelece a implementação do Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), que substitui os atuais diários de justiça eletrônicos mantidos pelos órgãos do Poder Judiciário, encontra-se sobrestado pois, conforme for estabelecido o escopo do projeto E-Proc Nacional, este poderá abarcar o DJEN. **3) Proposta de novo projeto estratégico:** A Assessora apresentou a proposta para inclusão do Projeto de Governança Institucional na CPPE com a contratação de mentoria especializada, com o Instituto Brasileiro de Governança Pública, com a transferência de conhecimento para o STM, sob a coordenação pela AGEST e o envolvimento da Alta Administração. A Assessora informou que o valor aproximado para a execução desse projeto será de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). O Ministro Presidente autorizou e assentiu a inclusão do respectivo projeto na CPPE. **4) Indicadores estratégico:** A Assessora da AGEST, apresentou a operacionalização e metas dos indicadores de 2021. Foi ressaltado que dos 38 indicadores estratégicos 16 (42%) não foram operacionalizados, ressaltando que a alteração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação teve impacto em 9 indicadores da DITIN, que precisaram ser revisados e, dessa forma, não foi possível operacionalizar ainda no período de 2021. A Assessora informou, também, que dos 22 (58%) indicadores operacionalizados, 15 (68%) indicadores alcançaram a meta e 7 (32%) não alcançaram a meta estabelecida; além de pontuar que esses indicadores estão passando por uma revisão para maior adequação as atividades mensuradas. Foi apresentado o resultado do indicador de Extinção da Punibilidade por Prescrição, bem como o indicador do Tempo Médio de Tramitação de Processos Judiciais, com o desempenho até o 2º Bimestre de 2022. **5) Metas Nacionais do Poder Judiciário e Específicas da JMU:** A Assessora da AGEST apresentou a Meta Nacional 1, que almeja o julgamento de mais processos que os processos distribuídos, pontuando que em 2021, no STM, não foi possível alcançar a meta estabelecida, ficando em 95,11%; no entanto a 1ª Instância conseguiu alcançar a meta estabelecida, ficando com o resultado 142,80%. Foi apresentado, também,

a Meta Nacional 2, que almeja o julgamento dos processos mais antigos; a Meta Nacional 2, que busca priorizar o julgamento dos processos mais antigos relativos à corrupção e à improbidade administrativa; a Meta Nacional 9, que busca estimular a Inovação no Poder Judiciário. A Assessora pontuou que ainda não foi estabelecido o laboratório de inovação no STM. Quanto a Meta Nacional 10, que promove a transformação digital- Justiça 4.0, a Assessora informou que já foi estabelecido o Juízo 100% digital e o Balcão Virtual, tanto no STM quanto nas Auditorias, e não foi instituído o sistema Codex. Foram apresentadas as metas específicas 01, que retrata a celeridade, com a objetivo de julgar em até 180 os processos do Tribunal, e a meta específica 02, voltada a divulgação da JMU, com no mínimo 3 ações no STM e 2 ações por Auditoria em CJM em que não houver foro e 4 quando houver. **6) Palavras do Ministro Presidente e encerramento dos trabalhos:** com o uso da palavra o Gen Ex Luis Carlos Gomes Mattos agradeceu a atuação da AGEST. Então, nada mais havendo a ser tratado, o Ministros Presidente agradeceu a presença de todos, declarando a reunião encerrada às dezoito horas e trinta minutos, lavrando-se a presente Ata que será assinada pela Chefe de Gabinete da Presidência, o Diretor-Geral, o Secretário- Geral da Presidência, o Diretor de Tecnologia da Informação, a Assessora de Gestão Estratégica e Inovação, a Chefe da Seção de Estatística, a Chefe da Seção de Planejamento e Monitoramento da Estratégia, em exercício.



Documento assinado eletronicamente por **RAISSA FERNANDES MARINHO, ACESSORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO**, em 08/04/2022, às 16:02 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINE MENDES DE ASSIS, CHEFE DA SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE DE DADOS**, em 08/04/2022, às 16:43 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LARIANE FEBRAIO PERES, TÉCNICA JUDICIÁRIA - Área Administrativa**, em 08/04/2022, às 17:11 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL**, em 18/04/2022, às 10:41 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS CARLOS GOMES MATTOS, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 19/04/2022, às 18:03 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO SOUTO MARTINS, SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA**, em 19/04/2022, às 18:48 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **2590499** e o código CRC **061D44E1**.

2590499v28